Conclusão

Eronides da Silva Lima

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LIMA, E.S. Conclusão. In: *Mal de Fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar*. Brasil, 1934-1946 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, pp. 259-275. ISBN: 978-85-7541-611-2. Available from: doi: [10.7476/9788575416112.0007](https://doi.org/10.7476/9788575416112.0007). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/xxmyz/epub/lima-9788575416112.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

C ONCLUSÃO

*Os poetas andavam em busca de algo
que não conheciam, e também
buscavam palavras que conheciam e
tinham perdido.*

Eduardo Galeano
(O LIVRO DOS ABRAÇOS)

O objetivo de estudar a gênese e a constituição da educação alimentar no Brasil dos anos de 1934 a 1946 se constituiu em intenso desafio, sobretudo no que se refere à assimilação de um modo de leitura que, em muito, extrapolava a formação predominantemente técnica desta autora. Quanto a isso, foi inevitável, muitas vezes, o sentimento de impotência, somente compensado pela perspectiva de que tal empreendimento encontrava sentido exatamente em poder sentir, de dentro, o quanto é de fato alienante o reducionismo que parece desconsiderar a teoria e negligenciar a história. Voltar ao passado para compreender as nuances desse processo e poder dar essa contribuição à área do ensino e da pesquisa no campo da nutrição, recuperando o processo de gênese e constituição da educação alimentar, levou-a, inegavelmente, a outro patamar de abordagem, à vista das múltiplas possibilidades que o conjunto da produção pioneira apresentou no estudo desse campo e que só parcialmente se pôde traduzi-las.

Por isso, são necessárias algumas considerações finais para situar os traços mais significativos visualizados no conjunto da produção sobre alimentação e nutrição desse período, sob a égide de um grupo intelectual que se reconheceu mutuamente como fundador do campo da ciência da nutrição e, no seu âmbito, da educação alimentar.

Quanto a isso, embora tenha sido de grande relevância a leitura dos diversos quadros teórico-metodológicos que se debruçam sobre a crítica interna e externa na objetivação do conhecimento, a proposição teórico-metodológica de Le Goff (1994), combinada com a de Schaff (1995), no campo da ciência da história, se mostrou eficaz para o estudo em foco, visto que permitiu tratar o conhecimento produzido sobre a educação alimentar não apenas como um fato histórico, mas, ainda, como um fato histórico qualificado que, por causa da sua incidência sobre outros acontecimentos históricos, pode ser reconhecido como um evento passível de estudo no âmbito da ciência da história. Por essa orientação, pode-se proceder à identificação dos sujeitos cognoscentes, bem como do objeto construído e da hipótese orientadora do processo de produção do conhecimento instituidor da educação alimentar, situando-o não apenas no contexto da explicação causal, respondendo à questão do porquê esse conhecimento ter sido produzido, mas também na análise da sua dimensão finalista, procurando verificar com que objetivo ele foi produzido, explicitando os seus destinatários. Nesse percurso, encontrou-se os fundadores desse campo em franco diálogo com outros enfoques, conceitos, temas e autores, portanto, circunscritos nas fronteiras de outros campos científicos em processo de organização e expansão no Brasil.

No marco da especificidade do campo em pauta, o documento em forma de livro foi o registro de memória desse acontecimento da história científica brasileira, como produto de uma construção que comprometia a validade de uma verdade histórica e, por conseguinte, o sentido da sociedade. O novo paradigma proposto adquiriu sentido e expressão no tempo, na medida em que demarcava traços de rupturas, continuidades e descontinuidades no processo histórico das ciências. O período de 1934 a 1939 foi bem marcado por essas características, visto que esteve em pauta a configuração e o lançamento das bases científicas da alimentação racional, na perspectiva da caracterização inicial do objeto e dos modelos explicativos da ciência da nutrição/educação alimentar em formação. Os intelectuais, ao elegerem a fome e a subalimentação na conformação do objeto de investigação da ciência da nutrição/educação alimentar, enfatizando a Primeira Grande Guerra como marco histórico em que essa ciência adquiria externamente o seu estatuto com base na fisiologia e na experimentação biológica dos alimentos, no desvendamento das doenças carenciais, ultrapassando a fase químico-analítica, justificavam a escolha do problema social significativo brasileiro – fome e subalimentação – em sua contemporaneidade, zerando o quadro social e médico-sanitário interno. Desse modo, a ciência da nutrição/educação alimentar em construção precisava se

diferençar do passado. Ao afirmar que a fome e a subalimentação eram um fato social *sui generis*, os intelectuais indicavam que esse fato só podia ser compreendido nos marcos da biossociologia, pela interseção do método fisiológico com o método geográfico, buscando definir, assim, a especificidade de uma ciência que pretendiam construir. Quanto a isso, para eles, o descompasso do Brasil em relação aos países adiantados estava no empirismo dos estudos até então desenvolvidos, sem caráter sistemático de um método único por meio do qual teoria e empiria se aproximassem. Além de os estudos serem marcados pelo ensaísmo, estavam dispersos no interior de campos afins, como a sociologia, a antropologia, a higiene, a puericultura etc., num momento em que não existia, também, um espaço específico (universidade) no interior do qual o saber sobre alimentação pudesse adquirir autonomia. Se havia, então, um elo de continuidade com a temática do passado, este deveria ser submetido a um processo de reinterpretação.

Nesse momento renovador, em que a medicina se orientava pela moderna fisiologia, a ciência da nutrição se impunha como verdade. Havia um problema social a ser resolvido, pois o estado das sociedades, durante a Primeira Grande Guerra, indicava que a maioria da população vivia em subalimentação, enquanto uma minoria desperdiçava alimentos comprados. A nova era da nutrição estava vinculada a esta causa social, que mobilizou os países a encará-la a seu modo, contando, para isso, com a criação dos institutos de ensino e pesquisa, tendo em vista uma distribuição racional de alimentos em que todos pudessem comer. Nesse enfoque, ficou perceptível a relação operada entre conhecimento e sociedade, sob a afirmação de que foi o fator econômico que levou ao surgimento dos estudos sobre alimentação e nutrição, pois, nas circunstâncias da guerra, o alimento era um 'capital' cujo rendimento dependia do seu melhor emprego.

Outra visão, embora minoritária, prescindiu de uma justificacão externa na delimitação do problema social – a fome e a subalimentação – enquanto objeto de investigação científica, se bem que era a evidência dos fatos que desafiava a ciência. A justificacão da escolha desse problema estava muito mais na necessidade da configuracão instrumental e política do conhecimento científico em processo de elaboracão, pois sobre isso já se escrevia, mas nada de prático havia sido feito para a sua soluçao.

Nesse percurso, a definicão da tese 'mal de fome e não de raça' unificou os intelectuais em torno desse problema, embora a sua demonstracão tenha levado, também, a diferentes enfoques metodológicos. Contudo, a unanimidade em torno da fisiologia como ponto de partida para os estudos

sobre a alimentação, ao tempo em que já se acenava com a perspectiva de articulação da dimensão fisiológica com a dimensão social, não deixava tão óbvio, à primeira vista, o sentido dessa aproximação. No entanto, foi ficando claro que a primazia atribuída ao fisiológico revelava, em primeira instância, um interesse dirigido do normal para o patológico, com a finalidade de uma ação racional sobre o patológico, pois o conhecimento da fome/subalimentação foi procurado por meio da fisiologia e, a partir dela, na perspectiva da constituição do conceito de racionalidade alimentar, em franca ruptura com o empirismo. Entretanto, a formulação da tese 'mal de fome e não de raça' se dava num momento em que se operava a passagem da antropologia física para a antropologia cultural, redefinindo o estatuto desse campo, retirando o preconceito de meio e de raça da discussão genética para a discussão cultural, apontando novos vilões; entre outros, a dieta insuficiente.

Com isso, os intelectuais refutavam a doutrina racial de Goubineau (1853-1855), aperfeiçoada pela antropologia física, que influenciava os estudos raciais no Brasil da República Velha, e se aproximavam da antropologia cultural da escola americana de Franz Boas, difundida no Brasil por Gilberto Freyre, seu discípulo, que se tornou um interlocutor privilegiado no conjunto da produção sobre alimentação e nutrição. Mas, se esta teoria do valor cultural se afastava do biológico, em direção ao social, fornecendo aos intelectuais elementos para a justificação da tese 'mal de fome e não de raça', estes, ao produzirem a base cognitiva do campo da ciência da nutrição, e no seu âmbito a educação alimentar, reconstituíram o biológico como um fator de evolução social em novas bases: a fisiologia era o ponto de partida, sendo o clima uma das categorias explicativas fundamentais no estudo das constantes fisiológicas do indivíduo. Sendo o biotipo determinado pelo conjunto dos fatores intrínsecos inerentes ao indivíduo e de fatores extrínsecos dependentes do meio ambiente, era a alimentação o fator extrínseco mais importante na constituição do biotipo humano, desde o momento da sua concepção, e não o clima e a raça.

Para eles, portanto, a doutrina racial de Goubineau sobre a desigualdade das raças não adquiria um estatuto de ciência e, além disso, estava fora do lugar porque éramos todos mestiços e não cabia entre nós a definição do tipo racial puro: era pela alimentação que se fazia a valorização eugênica do homem. Para isso, a fisiologia comparada se mostrou eficaz na determinação das constantes fisiológicas do homem brasileiro, considerando o nosso clima tropical, evidenciando que entre nós havia diferenças em relação aos padrões externos, variáveis em função da idade e do sexo, que não traduziam a inércia de um determinismo geográfico (nem da raça), mas a estabilidade de uma

particularidade fisiológica construída em condições definidas por um esforço coletivo, inconsciente, porém real. Era a categoria trabalho que, em suas diversas modalidades, imprimia as variações significativas nas necessidades energéticas do indivíduo, sendo elemento fundamental na determinação da alimentação racional. Com isso, os intelectuais chegaram à definição das quatro convenções particulares da linguagem científica na construção do conceito de racionalidade alimentar: quantidade, qualidade, harmonia e adequação. Tal equilíbrio só podia ser alcançado com uma alimentação mista. Assim, à luz da fisiologia, foram constituídas no período de 1934 a 1939 as bases da dietética como matriz instrumental, mediante a qual podia ser decifrado o fenômeno da fome/subalimentação, na demonstração de que os males que atacavam o povo brasileiro eram um 'mal de fome e não de raça'.

Mas, por onde se efetuaram os elementos de ruptura e descontinuidade na configuração do novo paradigma proposto? Os intelectuais, ao adotarem as expressões 'homem-máquina' e 'alimento-combustível' preservavam, de fato, os postulados da bioenergética de Lavoisier e Laplace, bem como a biometria de Quetelêt, submetendo-os a um processo de reinterpretação. Na visão de Lavoisier e seus seguidores, para o trabalho incessante e renovação orgânica, a máquina viva, como qualquer máquina morta, necessitava de combustível, e esse combustível era o alimento.

Nisso residia o postulado de que os seres vivos estavam sujeitos às leis gerais da natureza e que suas manifestações eram expressões físico-químicas. No novo paradigma proposto, esta comparação corrente nos livros de alimentação, com base na bioenergética de Lavoisier, tinha baixa eficácia explicativa, pois havia radical diferença entre combustível e alimento, entre máquina morta e máquina viva. Na máquina mecânica, o combustível fornecia energia que se traduzia em força, em trabalho, em movimento, mas as peças, quando se gastavam, só se regeneravam por conserto ou substituição, com o auxílio de um terceiro. Na máquina orgânica, porém, além da energia e do calor resultantes, o alimento repunha os gastos ocorridos e refazia as células, tecidos e órgãos, de modo que esses se renovavam automaticamente, por si mesmos. Significa dizer que tal comparação carecia de sentido, porque o organismo não empregava para as suas atividades o calor de combustão dos próprios alimentos, mas utilizava diretamente a energia química neles contida e no O_2 que, por necessidade, era medida calorimetricamente, mas que, no corpo, realizava outras transformações. No entanto, os alimentos não mais podiam ser concebidos como combustíveis, visto que desempenhavam no organismo três papéis fisiológicos diferentes:

papel energético, que só tinha valor quantitativo, papel plástico e papel regulador, ambos com valores qualitativos específicos.

Pela fisiologia (apoiada no estudo experimental dos alimentos), os intelectuais buscaram desmecanizar o homem brasileiro e restituir-lhe a qualidade negada não só pelas leis da bioenergética de Lavoisier, mas também pelas teses que viam no clima e na raça a explicação para a sua indolência e baixo rendimento no trabalho. O homem passou a ser concebido como capital humano e, nesse sentido, ele precisava ser qualificado em sua resistência física e robustez por uma alimentação cientificamente racional que, aproximando os pólos de oposição entre quantidade e qualidade, assegurasse rendimento compensador. É certo que, nesse enfoque, algo parecia escapar da história. Não se constituiu em questão fundamental, no conjunto da produção, o fato de que, paralelamente à moderna fisiologia, já se instalava no Brasil todo um arsenal tecnológico-industrial, inclusive no campo da saúde e de alimentos, que parecia privilegiar muito mais os consertos e substituições, reforçando a concepção homem-máquina, do que a relação de equilíbrio entre o homem e o alimento.

A despeito disso, o uso da fisiologia como ponto de partida nos estudos sobre a alimentação visou não apenas estabelecer previamente uma normatividade vital e seus verdadeiros limites de variação, mas também, aproximando-se da geografia humana de La Blache, assegurar as condições para o conhecimento de uma ecologia do homem. Para além do seu valor biológico, o alimento tinha também um valor cultural, e só poderia ser concebido como elemento de aperfeiçoamento racial sob as modificações do complexo ecológico, à luz do método geográfico, constituindo o inquérito alimentar como instrumento fundamental à investigação da alimentação coletiva. Na demonstração da tese 'mal de fome e não de raça', os intelectuais que fizeram uso do método geográfico investigaram como o brasileiro construía coletivamente um determinado gênero de vida em estreita conexão com o meio natural e cultural, entendendo a região como espaço dotado de autonomia.

Quanto a isso, a fome e a subalimentação foram concebidas no plano da causalidade como desequilíbrios decorrentes do modo de organização do sistema econômico produtivo fundado na monocultura que, ao limitar o acesso aos alimentos, formava hábitos defeituosos desde os tempos coloniais e mantinha os níveis salariais do trabalhador em posição incompatível com a reprodução da sua força de trabalho. No entanto, foi da constatação de que as classes pobres padeciam de subalimentação quantitativa global (fome) enquanto as classes ricas também se alimentavam mal e se situavam no limiar

da subalimentação qualitativa, que se afirmou a ignorância como categoria justificadora da educação alimentar. A visão compartilhada mesmo por aqueles que não usaram o método geográfico foi de que, no plano da produção, essas classes se diferenciavam e, no plano do consumo, elas se igualavam pela ignorância. Como se viu, se o trabalhador alimentava-se mal por pobreza e ignorância, as pessoas abastadas também não sabiam comer. A fome e a subalimentação eram essencialmente uma patologia social. No marco dessa tese, o dado mais importante a reter desse enfoque é que os hábitos alimentares errôneos como manifestações da ignorância que igualavam as diferentes classes foram concebidos muito mais no plano da cultura material (produção/consumo), e numa relação imediata de corporeidade entre as classes na qual se manifestavam os efeitos da fome e da subalimentação, do que como expressões particulares historicamente construídas no âmbito da cultura global como amálgama das múltiplas determinações da fome/subalimentação. Além disso, o termo 'classe' foi usado como categoria descritiva, o que é perfeitamente compreensível, pois o quadro teórico da geografia de La Blache não trabalhava com essa categoria, mas com agrupamentos humanos.

Enfim, o que uniu os intelectuais em torno da demonstração da tese 'mal de fome e não de raça' no período de 1934 a 1939 foi a perspectiva do aperfeiçoamento do conceito de eugenia como fator de evolução social, à luz de dois modelos explicativos diferentes: o método geográfico de fundo ambientalista (que assimilava a fisiologia), pelo qual foi possível operar a conexão entre o biológico e o social, dimensionando o coletivo como meta, e o método fisiológico exclusivo, pelo qual a conexão entre o biológico e o social foi abstraída no indivíduo, na medida em que reduziu variáveis sociais econômicas e culturais ao nível da justificação por uma bordagem centrada, prioritariamente, nas características do indivíduo. Embora minoritária, essa tendência, que usou o método fisiológico exclusivo, não pode ser desprezada, dado que revelou substancialmente uma peculiar maneira de conceber o objeto da ciência da nutrição/educação alimentar, a qual pode ser investigada em futuras pesquisas que porventura se debrucem sobre o grau e o modo de assimilação das duas tendências no desenvolvimento posterior desse campo.

À parte as diferenças, outro ponto que aproximou os intelectuais na constituição das bases científicas do campo em foco foi o princípio pelo qual a produção do conhecimento adquiria significado não apenas pela perspectiva de aplicação de um método único que individualizasse a nutrição como ciência e, no seu âmbito, a educação alimentar, mas também pelos resultados que de imediato pudesse apresentar. A delimitação das linhas

básicas do plano de política alimentar nacional, na qual a educação alimentar se constituiu como instrumento mais eficaz, traduziu essa dimensão finalista e política do conhecimento, atribuindo à ciência em formação seu caráter de instrumentalidade como vetor de utilidade social. Isso indicou que, de fato, não basta analisar os dilemas da política alimentar estatal/institucional contemporânea sem adentrar no processo que lhes deu origem e forma no plano das idéias. As evidências não deixam dúvidas de que teoria e ação se constituíram numa unidade tão fundamental que conhecimento e política alimentar foram elementos indissociáveis na constituição das bases científicas da alimentação racional, levando, na órbita dos resultados imediatos, entre outros, à criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1940, reconhecido pelo grupo intelectual como primeira instituição implementadora das medidas cientificamente preconizadas. No seu nascedouro, embora no plano das idéias de Carmo (1937) e Moscoso (1939), por exemplo, a política alimentar preconizada apontasse para reformas mais amplas, ela se afirmou em bases de cunho assistencialista e paternalista no horizonte do Estado Novo, que combinava, por meio dos restaurantes populares, distribuição de refeições baratas aos trabalhadores e educação alimentar para lhes ensinar a comer e a economizar. Em última instância, o que estava em questão era a intervenção na cultura no âmbito de um Estado que tomava para si, como tarefa prioritária, não somente o projeto de organização da cultura, mas também os instrumentos e modos pelos quais deveria promover as mudanças nesse campo. Evidentemente, isso se apresentou como um dado significativo para o entendimento das bases pelas quais a educação alimentar ia-se constituindo como ação político-pedagógica no período de 1934 a 1939.

Nesse aspecto, a definição dos campos disciplinares no interior da ciência da nutrição em formação, no período de 1940 a 1946, trouxe em seu âmbito o reconhecimento preciso e operatório do objeto em torno do qual esta ciência deveria se institucionalizar. Por um processo de síntese e reordenamento do conhecimento produzido, os intelectuais se reconheceram mutuamente como grupo fundador desse campo, ao tempo em que reconheceram os precursores na história, definindo os marcos conceituais e terminológicos do primeiro campo disciplinar: história e fisiologia. Na perspectiva do ensino e atuação, os intelectuais, ao definirem esse campo disciplinar, reiterando os elementos de ruptura operados na construção do paradigma científico proposto, delimitaram internamente não só os pontos de estudo dessa disciplina, como também uma nova especialidade/profissão no campo médico: o dietólogo/nutrólogo.

Não obstante a dificuldade em atribuir inicialmente uma terminologia definitiva para as especialidades, ficou bastante evidente que os intelectuais, ao constituírem a ração/dieta racional como objeto da ciência da nutrição circunscrito ao âmbito da dietética, definiram o dietólogo/nutrólogo como o fisiologista que, ao receber uma formação capaz de desvendar os segredos do organismo no tocante à alimentação e nutrição, se distinguia, *a priori*, dos químicos, físicos, bacteriólogos e fisiólogos e, *a posteriori*, do dietista. Se o campo disciplinar da dietética era o espaço da prática, realizando e executando o que a fisiologia e a higiene prescreviam e ensinavam, como definia Veloso (1940), e sendo a alimentação um processo social a ser examinado sob esse aspecto técnico, a formação do dietista era uma das primeiras condições para assegurar o estatuto da ciência da nutrição e, por conseguinte, da alimentação.

O dietista era o traço de união entre o nutrólogo e o alimento, estando a sua missão destinada à produção de refeições balanceadas para pessoas sãs e pessoas doentes. Se o dietólogo/nutrólogo era o fisiologista capaz de desvendar os segredos do organismo no que se refere à alimentação e corrigir as patologias a ela subjacentes, estava claro que a ele cabia a prescrição da dieta. No entanto, se a fisiologia era a base teórica da dietética, a ele cabia, também, a produção das pesquisas, conceitos e teorias nesse campo, e ao dietista cabia absorver o instrumental técnico criado pela dietética, para o seu exercício nas fábricas, colégios, restaurantes, hospitais etc. e, por conseguinte, na orientação da cozinha dietética. Os primeiros cursos de nutrição foram organizados e instituídos no período de 1940 a 1946 no Distrito Federal, sob esta orientação.

Nisso reside a diferença fundamental que esclarece a crise de identidade do nutricionista e sua formação e, com isso, do próprio estatuto científico do campo da nutrição, uma vez que a dietética enquanto núcleo que confere identidade a essa ciência definia a dieta como seu objeto sob orientação social. Entretanto, como se pôde observar, a expansão do ensino da nutrição na formação do médico indica não somente um fortalecimento dessa formação, mas também uma constante preocupação do setor.

Foi nesse processo que se apresentaram duas tendências na definição do campo disciplinar da educação alimentar. Na primeira tendência, a educação alimentar foi definida como tema integrante do campo disciplinar da higiene alimentar. A tomar por referência a própria definição de higiene alimentar como a razão de ser da ciência da nutrição e campo de aplicação da fisiologia como espaço de sistematização de um conjunto de preceitos a serem buscados em todos os campos do conhecimento, para além da medicina,

foi possível compreender a amplitude de abordagens que envolveu o conjunto de temas constituidores desse campo, ficando evidente a sua característica inter e multidisciplinar. Significa dizer que vincular a educação alimentar ao campo da higiene alimentar foi subordiná-la aos desígnios dos múltiplos enfoques desse campo, assegurando uma visão ampliada dessa modalidade educativa, preservando as características centrais que uniram o grupo fundador em torno da sua constituição: a ignorância como matriz justificadora do seu sentido, os temas do seu âmbito, bem como a definição dos procedimentos e recursos pedagógicos orientadores de um plano de ensino da alimentação em três níveis – escola primária, escola secundária e universidades. Nessa tendência abrangente, a educação alimentar não se configurou como campo disciplinar específico. Coincidentemente, o primeiro curso de nutricionistas, criado em 1944 no âmbito da política do SAPS, institucionalizou a disciplina estatística e educação alimentar. Se isso, por um lado, sinalizava para um momento de indefinição desse campo, por outro não havia, ainda, o espaço acadêmico onde ocorreria a sua autonomização. Prova disso foi a criação, em 1944, do segundo curso de nutricionistas do Distrito Federal, no interior da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura, o qual não incorporou em seu currículo a educação alimentar.

Na segunda tendência, a definição desse campo disciplinar passou muito mais pela delimitação precisa da sua instrumentalidade. Esteve em questão a definição precisa e operatória dos procedimentos de ensino e dos recursos pedagógicos necessários à incorporação do padrão dietético racional e, por conseguinte, dos princípios de normatividade a ele subjacentes. Tudo leva a supor que, dessa maneira, o campo disciplinar em foco ficava restrito à transmissão dos preceitos preconizados pela higiene alimentar. Configurando-se, assim, como campo disciplinar específico e isolado das múltiplas abordagens do campo da higiene alimentar, a educação alimentar se definia em bases cognitivas estreitas e estritamente técnicas, e nisso ela diferia substancialmente da proposição anterior, em que a educação era parte do conjunto temático da higiene, inserida, portanto, numa visão mais ampliada das questões alimentares e nutricionais brasileiras. No entanto, mesmo nesse nível a educação alimentar foi definida como um meio e não um fim em si mesma. Significa dizer que a diferença entre a primeira e a segunda tendência estava muito mais na intensidade do conteúdo e não na essência da sua justificação. Vinculada à higiene alimentar, a educação foi definida em virtude do conteúdo e não de sua especificidade pedagógica, ao passo que, na forma específica, se afirmava pela ótica da constituição e uso dos instrumentos de difusão dos

preceitos da higiene alimentar. Isso faz sentido, quando vimos que foram exatamente os intelectuais que definiram a educação alimentar como campo específico centrado nos instrumentos, que elaboraram cartilhas, folhetos etc., materializando, na prática, para os destinatários (escolares, trabalhadores) tal proposição. Com isso, as duas tendências estiveram postas, ao tempo em que se fundavam as instituições propulsoras do movimento educacional contra a má nutrição, na perspectiva da preservação da saúde coletiva, para que não se quebrasse o ritmo de produção e capacidade das forças vitais da nação, empenhados no esforço de guerra: Serviço Técnico da Alimentação Nacional (STAN), Instituto de Tecnologia Alimentar.

Vale assinalar que se consolidaram, nesse esforço de guerra – em que marcaram presença as missões norte-americanas no País –, as duas preocupações que permearam a leitura da situação alimentar brasileira e por conseguinte a constituição da educação alimentar: uma preocupação instrumental/técnica voltada para o uso de referências norte-americanas e da obra do argentino Pedro Escudero, principal difusor desse modelo nos países sul-americanos; e outra, de vocação teórico-metodológica, mais vinculada à França, através da geografia de La Blache. Tal fato marcava a presença ainda forte da influência francesa na afirmação do campo científico no Brasil, a exemplo da própria geografia que foi institucionalizada sob a égide da orientação francesa.

Dessa forma, o método geográfico revelou a dimensão do objeto, quando Castro (1946) delimitou a geografia da fome, traçando o mapa alimentar brasileiro, abrangendo cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos. Numa visão do conjunto brasileiro, o autor fez uma síntese de sua abordagem, concluindo que fome neste país era consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Nesse modelo explicativo, foi consolidada uma tendência dualista em torno da existência de dois 'brasis', cuja evolução social (e alimentar) se fazia em virtude de dois pólos produtivos: o moderno e o arcaico. Ao contrário da área Amazônica e do Nordeste açucareiro, que eram áreas endêmicas de fome, e o sertão nordestino, em que a seca provocava surtos epidêmicos de fome, a área Central e a área do Sul eram áreas de deficiências alimentares discretas e menos generalizadas. Não eram áreas de fome no sentido rigoroso do termo, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais. Se até

então o problema alimentar havia sido traduzido nos termos 'subalimentação quantitativa', 'subalimentação qualitativa', 'subalimentação unilateral', nessa obra o termo 'fome' foi definido em toda a sua complexidade, nos limites do método geográfico, como expressão dos diversos gêneros de vida, impostos pelo latifundiarismo e pela monocultura com toda a sua carga de arcaísmo num Brasil em vias de modernização.

Nessa perspectiva, o homem não parecia ser tão ignorante como se postulava, ou, ainda, a ignorância não era um atributo que igualava classes pobres e classes abastadas e, menos ainda, um atributo individual. Em meio às opressões do latifúndio e da monocultura, o homem estava sempre a melhorar seu regime local. A fome não foi definida tanto em função das deformações inerentes às características dos arranjos culinários, mas à opressão do latifundiarismo. Nessa viagem ao conjunto das práticas alimentares regionais do dia-a-dia da população, Castro relativizou as características perniciosas dos hábitos alimentares com sua correspondente arte culinária até então rebatida pelos demais autores. A passagem da fisiologia à geografia possibilitou visualizar o homem brasileiro, não como entidade, mas o homem concreto, que habitava as diversas paisagens do País, em constante luta com os obstáculos do meio geográfico.

Sob esse enfoque, a educação alimentar também não foi tratada como um campo específico centralizado nos recursos pedagógicos para a transmissão dos conhecimentos básicos da higiene alimentar, mas vinculado à higiene alimentar e circunscrito à situação global da alimentação do povo. Quanto a isso, a educação alimentar encerrava a amplitude dos aspectos estudados sob a orientação do método geográfico, o qual permitia, em última instância, tratar a fome numa perspectiva ecológica. Significa dizer que Castro superou o enfoque centrado apenas na educação do trabalhador, no fornecimento de refeições e na distribuição de alimentos, que havia sido assimilado nas estratégias populistas do SAPS (1940), cujo destaque central era a correção dos hábitos alimentares dos operários, como já visto anteriormente. A fome foi circunscrita, definitivamente, no campo do debate sobre a organização do Estado e da política econômica. Castro aderiu àqueles que acreditavam na viabilidade da nação e se mobilizavam em torno das questões postas pela crise política e cultural do Estado Novo.

O desenvolvimento progressista da economia liberal e o desenvolvimento planejado começavam a se anunciar nos horizontes da intelectualidade, mais aberta às novas tendências do final da guerra. Foi na emergência desse novo contexto cultural e político, no qual surgiam as primeiras

idéias desenvolvimentistas, que Castro preconizou a estruturação de um plano sistematizado de política alimentar, tomando em consideração os diferentes aspectos biológicos, econômicos e sociais que interferiam no mecanismo do complexo problema alimentar: incremento da produção agrícola através de reforma agrária (combate ao latifundiário improdutivo, combate à monocultura, aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis, intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura, mecanização intensiva da lavoura, controle e orientação da produção total com vistas à satisfação das necessidades alimentares mínimas do povo, financiamento bancário à agricultura, amparo e incentivo ao cooperativismo); intensificação dos estudos técnicos de bromatologia e de nutrologia.

Por esse prisma, pôde a autora entender o significado da *Geografia da Fome* como marco de amadurecimento, não apenas do percurso intelectual de Castro, mas de um ciclo de estudos pioneiros de um grupo fundador da ciência da nutrição/educação alimentar no Brasil que chegava, no ano de 1946, à consolidação e inauguração de um novo paradigma à luz do método geográfico. Nesse sentido, a referida obra não revelou rupturas com a produção inicial do grupo, mas reorientou, em certa medida, o enfoque até então travado em torno das relações entre fome, eugenia e evolução social, abrindo novas perspectivas que indicavam o começo de um novo tempo. A fundação do Instituto de Nutrição, em 1946, na Universidade do Brasil, recentemente criada, representou um marco na inauguração institucional do paradigma construído como fruto de um intenso movimento que se projetou no cenário cultural global do País. O campo disciplinar higiene e educação alimentar foi afinal incorporado no currículo do curso de nutricionistas, criado em 1948 nesse Instituto, sob a direção de Josué de Castro. Com isso, houve a possibilidade de se perceber que a educação alimentar foi assim concebida no marco da institucionalização da ciência da nutrição, tendo como objeto o hábito alimentar sobre o qual esta modalidade educativa deveria se debruçar.

Recuperando o caminho percorrido, pôde-se notar, ainda, que a questão que esteve posta para os intelectuais fundadores desse campo foi a de definir o objeto da ciência da nutrição no universo do saber. De fato, embora houvesse preocupação em apontar os laços do campo em formação com os demais ramos do saber, os fundadores buscaram acentuar as relações entre o objeto da nutrição, que era a ração alimentar racional, com os outros aspectos tangíveis da realidade. Isso trouxe implícito o entendimento de que é o correto conhecimento dos diversos aspectos dessa realidade que nos permite, a um dado momento da evolução do pensamento científico, definir melhor cada

aspecto e, paralelamente, toda a realidade. Nesse aspecto, há que se reconhecer que a tarefa de definir o campo da ciência da nutrição/educação alimentar foi em si mesma multiplicadora, dado que a nova síntese obtida permitiu um novo avanço sobre o trabalho iniciado pelos precursores.

No entanto, não obstante o esforço para delimitar o objeto da nutrição, dando-lhe assim contornos diferentes das outras disciplinas e campos (sociologia, higiene, antropologia, economia, puericultura etc.), ficou evidenciado que o referido objeto (ração/dieta) era do domínio de vários campos, o que levou à justificação de que era pelo método geográfico construído que a nutrição deveria se individualizar, tendo como núcleo de identidade a dietética. A consequência final desse procedimento estava, assim, na preservação da interdisciplinaridade, uma vez que o objeto dessa ciência particular – a nutrição – não era algo rígido, fechado nela mesma, incapaz de evoluir e de mudar. Significa dizer que esse é um dado fundamental para desfazer o equívoco atual em torno da perspectiva interdisciplinar do campo em pauta, na medida em que apontou que o uso de ingredientes de origens múltiplas não confunde o especialista e lhe permite manter-se dentro do âmbito da sua própria busca. Ao contrário, o grande mérito de uma interdisciplinaridade bem concebida é exatamente o de disciplinar o trabalho interior do referido campo particular da nutrição, pois está sempre a lhe abrir novos caminhos, graças ao contato salutar dos outros ramos do saber. Foi por essa ótica que os intelectuais conceberam o objeto desse campo, definindo a sua identidade.

Contudo, a identificação do objeto não teria significação se os intelectuais não tivessem sido capazes de definir-lhe as categorias fundamentais, as quais, embora mutáveis com a história, constituiriam uma base duradoura e, por isso mesmo, um guia efetivo para a teorização. Sem isso, eles não teriam desmembrado o todo mediante um processo de análise, no período de 1934 a 1939, para reconstruí-lo depois de um processo de síntese, definindo os diversos campos disciplinares internos do campo construído no período de 1940 a 1946. Assim, podiam até mesmo reconhecer as outras disciplinas científicas que eram capazes de auxiliar e trazer colaboração. Portanto, o dado fundamental em evidência nesse procedimento foi a eleição das categorias analíticas inerentes ao objeto, para com elas construir um conjunto coerente, dotado de uma lógica interna, pois, do contrário, não teria sido possível o esforço interdisciplinar para elevar o conhecimento produzido a esse patamar de progresso. Foi sob essa perspectiva que o método geográfico de La Blache foi eleito como o guia iluminador da constituição do campo da ciência da nutrição/educação alimentar.

Contudo, é possível sintetizar rapidamente os limites do referido método utilizado como guia para a constituição da ciência da nutrição/educação alimentar. Como se viu no desenvolvimento deste trabalho, La Blache introduziu a idéia das descrições aprofundadas, como a forma mais refinada do raciocínio geográfico, mostrando como as paisagens de uma região são o resultado das superposições, ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. Nesse sentido, as paisagens são, essencialmente, uma herança histórica. Era por esse prisma que ele reagia à tese determinista de Ratzel, segundo a qual os dados naturais exerciam influência direta e determinante sobre os fatos humanos e dava importância à história, para estudar as relações entre os homens e os fatos físicos.

Nesse aspecto, a crítica de Lacoste (1988) é sugestiva para retermos o aspecto limitante fundamental da aplicação da geografia lablachiana na constituição da ciência da nutrição. Para esse autor, embora La Blache reconhecesse que a geografia humana era o essencial na análise dos fatos humanos, ao marcar a ruptura entre a geografia e as ciências sociais (tal como concebia Durkheim), ele reduzia a geografia humana ao estudo das formas de hábitat, a repartição espacial da população. Essa concepção lablachiana da geografia, que apreende o homem na sua condição de habitante de determinados lugares, coloca, de fato, o estudo dos fatos humanos na dependência dos fatos físicos que, embora transformados pela evolução dos homens, continuam físicos. Apesar de as referências à história, os lugares são essencialmente concebidos como físicos (espaços naturais, meios geográficos). O papel do geógrafo é talhar sua fisionomia e mostrar que seus traços resultam de uma harmoniosa interação entre as condições naturais e heranças históricas antigas. Tal descrição impõe uma única forma de dividir o espaço, e esta não convém, de forma alguma, ao exame das características espaciais dos fenômenos urbanos, industriais, políticos etc. De fato, esta foi uma lacuna evidenciada no conjunto da produção sobre alimentação e nutrição, pois a formação e persistência dos hábitos alimentares errôneos foi buscada apenas no modo de formação colonial. O acréscimo de enfoques sobre a indústria, as cidades e os problemas agrícolas não mudou a essência da noção de região. Considerando que foi utilizada, na produção em foco, a visão mais restrita da geografia de La Blache, *Princípios de Geografia Humana* – com que a autora teve contato –, pode-se dela fazer – segundo a própria – as palavras de Lacoste:

Será preciso muito tempo para aqueles geógrafos que desde alguns decênios se preocupam com os problemas econômicos, sociais e políticos, em particular sob a influência do marxismo, perceberem que esse procedimento vidaliano,

tão admirado, reproduzido por um monte de gente que nunca ouviu sequer falar de Vidal de La Blache, é, de fato, um subterfúgio particularmente eficaz, pois ele impede de apreender eficazmente as características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos. De fato, cada um deles tem uma configuração geográfica particular que não corresponde à da 'região'. (Lacoste, 1988:62)²⁹

Para Santos (1980), nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna, visto que ela é definida do exterior, e seus limites mudam em virtude de critérios diversos. Há leis cuja escala ultrapassa a dimensão do lugar e que podem representar um papel decisivo. Nessas condições, a região deixou de existir em si mesma:

No que diz respeito aos problemas alimentares, buscamos mostrá-lo (...) quando dissemos que 'a principal característica de uma geografia geral de alimentação é insólita e parece paradoxal à primeira vista, porque se trata de uma geografia geral que passa pela geografia regional do tipo clássico'. Os fundamentos da geografia geral da alimentação seriam os elementos diversos que caracterizam e definem as regiões, mas não as regiões em si mesmas. Passar-se-ia diretamente das realidades analisadas nos setores ou subsetores da sociedade e da economia para a geografia geral. (Santos, 1980:23)

Adverte Eronides que, no estudo da alimentação e nutrição do brasileiro, não se trata de classificar tal ou qual indivíduo, ou de substituir a expressão 'homem-máquina' pela expressão 'homem-capital', ou de identificar a ignorância como elemento de nivelamento entre classes pobres e classes ricas. Tampouco não se trata somente de distinguir, por exemplo, entre os que possuem os meios de produção e os que não os possuem, entre os que não comem e os que comem erradamente. O que importa é admitir, por hipótese, que tais distinções, entre outras, ocorrem no interior de um modelo socioeconômico e político determinado, no qual se estabelecem determinadas relações entre as diferentes classes.

Nisso reside a questão: o que se revela com a própria atividade subjetiva na produção das idéias, códigos e regras culturais que definem os usos corporais, hábitos e práticas alimentares que possibilitam individualizar estas classes sociais e apontar os traços distintivos das suas relações, se a formação e a persistência dos hábitos errôneos se dão no âmbito do processo de produção material? Isso implicaria o estudo do modo como se constituíram as classes sociais no Brasil e como, no âmbito das relações sociais da produção material, se constituem e se revelam, no tempo, as idéias e códigos culturais sobre o

²⁹ A esse respeito, ver também GOTTDIENER (1993).

alimento e a dietética, na transcendência desse plano para outros domínios onde se expressam as várias faces do modo brasileiro de alimentar a vida: a arte (música, dança, pintura, artesanato etc.), a literatura, o sexo, os rituais festivos e religiosos, os espaços de trabalho públicos e privados, os meios de comunicação de massa, os espaços comerciais e de consumo coletivo, os espaços de organização política, entre outros, no âmbito rural e urbano. O ato de comer esse ou aquele alimento no âmbito social característico de um período histórico, do *status* social do povo, da ocasião e localidade da alimentação, não pode ser considerado nem apenas a pura satisfação do apetite por comida, nem uma imediata relação de corporeidade entre as classes sociais, mas, uma busca de sabedoria e valores intangíveis e, quem sabe, indescritíveis. As classes têm um conteúdo sociocultural específico e concreto, no qual se configuram e se expressam não os hábitos alimentares, mas um modo de conceber o alimento e a vida no interior da cultura global como amálgama das múltiplas determinações desse fenômeno.

Uma forma de ampliar o conhecimento do processo de constituição da educação alimentar é pesquisando os condicionantes do seu desenvolvimento a partir de 1946 e construindo uma matriz explicativa pela qual se possa apreender o conteúdo sociocultural da alimentação, no âmbito das relações que permeiam as diferentes classes sociais, no interior do modelo socioeconômico brasileiro, considerando o momento histórico a que se referem. Isso poderá projetar um novo campo de visibilidade sobre a questão alimentar, redefinindo o objeto da educação nutricional em bases históricas e propriamente culturais. Será que não é preciso agora 'descapitalizar' o homem? Não se trata de transportar lições históricas para a prática contemporânea da Educação Alimentar e de voltar aos seus fundadores para refundar suas soluções e valores político-culturais, mas sim a de ir além, transvalorar os valores e inventar um novo homem. Para a autora, este livro pode ser uma pequena fagulha entre tantas cinzas.

Foi em meio à pobreza, à fome e à violência da área rural de Pernambuco que a vida ensinou a Eronides o quanto é necessário ter um pé no chão e outro nas estrelas, senão não estaria hoje trazendo a público este livro – vitória, ainda que particular, de uma utopia feminina em detrimento do determinismo histórico-cultural da fome de pão e de abraços.